

RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.272 - RS (2012/0112899-9)

RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : SUELY MUNHOZ ARRIETA
ADVOGADO : NEI CASTELAR SALENAVE MARMONTEL E OUTRO(S) -
RS012255

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O recurso tem origem na ação rescisória ajuizada por Suely Munhoz Arrieta, com fundamento no art. 485, V, VII e XI, do CPC/2015, para desconstituir sentença que extinguiu, pela prescrição, execução de título judicial trabalhista proferido em 8/5/1992 (cópia fls. 16-32).

A autora alegava que as intimações (fls. 47-57) destinadas à promoção da execução se deram nas pessoas dos seus dois procuradores, Alfredo Goltz e Rita Maria Medeiros Goltz. O primeiro já era falecido à época e a outra se encontrara impedida de exercer a advocacia.

O juízo da execução teria, portanto, violado a literalidade dos arts. 876 e 878 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na redação anterior à que lhe deu a Lei n. 13.467/2017, e atuado em erro a respeito da regularidade da representação processual da parte exequente.

Valor da causa: R\$ 102.039,18 (cento e dois mil, trinta e nove reais e dezoito centavos).

O Tribunal *a quo* julgou procedente o pedido rescisório em acórdão assim ementado:

ACÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO À LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. ERRO DE FATO. (ART. 485, V E IX DO CPC). EXECUÇÃO DO JULGADO. INTIMAÇÃO INVÁLIDA. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. IMPULSO OFICIAL. NECESSIDADE.

Não há falar em prescrição do direito do trabalhador à execução de sentença trabalhista transitada em julgado quando não deflagrada a fase de execução por impulso oficial (arts. 876 e 878 da CLT).

A intimação da parte, na pessoa de seu advogado, é absolutamente ineficaz quando o patrono já se encontra falecido ou lhe está, por decisão da OAB, vedado o exercício da advocacia.

A União foi condenada em honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa.

O ente público opôs embargos de declaração, que foram acolhidos, com efeitos modificativos, a fim de reduzir os honorários

Superior Tribunal de Justiça

advocatícios para 5% sobre o valor da causa (fls. 155-158).

A União opôs novos embargos de declaração, que foram rejeitados pelo acórdão de fls. 181-185.

Nas razões do recurso especial, a União alega ofensa aos arts 485, V e IX, do CPC/73. No ponto, contesta a alegação de violação à literal disposição de lei, argumentando que o art. 878 da CLT, ao contrário de como interpretara o Tribunal, não impunha ao juízo da execução o dever de intimar a ré a fim de que entregasse à exequente o objeto do direito reconhecido no título executivo. Aduz que não há no referido dispositivo comando a determinar a providência que o acórdão recorrido disse ser obrigatória.

Argumenta que não constitui erro de fato, tal como o prevê o inciso IX do art. 485, a consideração de fato inexistente, no caso, a suposta intimação dos procuradores da autora na reclamatória trabalhista, que não ocorreu porque, à época, um deles já era falecido e a outra encontrava-se impedida de exercer a advocacia. Com apoio em doutrina, sustenta que "o erro de fato deve ser aferível, na ação rescisória, do exame dos elementos constantes dos autos do processo cuja causa foi decidida pelo aresto rescindendo" (fl. 203). Conclui que não era possível que o juiz da reclamatória soubesse do falecimento do procurador da autora, pois não há nos autos certidão nesse sentido. Como a informação sobre o óbito só veio na ação rescisória, não teria havido erro de fato a macular a decisão.

Alega que houve ofensa ao art. 20, § 4º, do CPC/73, porque não atuou de modo a dar causa ao pleito rescisório. Se erro de fato houve, deve ser atribuído ao juízo. Na fixação dos honorários em 5% sobre o valor da causa, o Tribunal não observou o critério da equidade, dentre os previstos no dispositivo processual em questão, o que resultou em condenação exorbitante, especialmente a quem não deu causa à lide. Pede o afastamento dos honorários ou sua redução.

Foram apresentadas sucintas contrarrazões às fls. 215-216, pelo não conhecimento ou improvimento do recurso especial.

O recurso foi a mim redistribuído em 8/4/2019.

O Ministério Público Federal opinou às fls. 236-239 pelo não conhecimento do recurso.

Relatados. Decido.

A decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior. Por isso, em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, observam-se as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultra-atividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

No tocante à alegada ofensa ao art. 485, V, do CPC/73, é necessário assinalar, de início, que se refere aos arts. 876 e 878 da CLT, em suas redações anteriores à reforma introduzida pela Lei n. 13.467/2017. Até então, dispunha o texto legal que a execução das decisões trabalhistas, depois do trânsito em julgado (art. 876) poderia ser promovida por qualquer interessado ou *ex officio* pelo próprio juiz ou pelo Tribunal competente.

Durante o longo período em que vigorou o citado dispositivo, o Tribunal Superior do Trabalho firmou entendimento no sentido de que:

(...) ao contrário da execução civil, a execução trabalhista pode (e, na verdade, deve) ser promovida de ofício, sendo a inquisitorialidade uma de suas notas mais características – não se pode, por conseguinte, atribuir apenas ao reclamante hipossuficiente, com exclusividade, os ônus e a responsabilidade pela eventual demora na satisfação de seus créditos trabalhistas (Ag-AIRR n. 11206-23.2017.5.03.0061, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 30/08/2019.)

Isso porque, segundo a Corte Trabalhista:

(...) o Processo do Trabalho é uno, porquanto a execução não se forma por meio do ajuizamento de ação executiva autônoma, mas trata-se de uma fase processual subsequente à fase de cognição. Nos termos do art. 878 da CLT, em sua redação original, a fase executiva do processo laboral desenvolve-se sob a égide do princípio do impulso oficial, que atribui ao juiz o mister de promover, de ofício, a execução, mesmo ante a inércia do exequente. Logo, é impossível reconhecer a prescrição intercorrente ou superveniente da pretensão executiva trabalhista. Incide a Súmula nº 114 do TST (Ag-ED-AIRR n. 16-41.2015.5.04.0373, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 1º/7/2019.)

Com essa interpretação, que prestigia, como se vê, a expressão literal do art. 878 da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho encontra na Constituição Federal (art. 5º, XXXVI) fundamento para afastar a prescrição intercorrente no processo trabalhista, como forma de assegurar a eficácia da decisão judicial transitada em julgado.

No caso sob exame, mais do que apenas uma interpretação dissidente daquela norma, o que houve foi o completo desprezo dela por parte do juiz da execução que, mais de uma vez (fls. 57 e 62), determinou o arquivamento dos autos da execução, diante da inércia da parte exequente (que veio a se saber plenamente justificada), sem promover por impulso próprio, como lhe impunha o art. 878 da CLT os atos executórios do título judicial.

Esta Corte já decidiu que "a violação da lei que autoriza o remédio extremo da ação rescisória é aquela que consubstancia desprezo pelo

sistema de normas no julgado rescindendo (AgRg no Ag n. 854.368/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 4/3/2008, DJe 7/5/2008).

É possível dizer, a partir de uma lógica bastante singela, que nada pode ser mais ofensivo à literalidade do texto legal do que a sua supressão, a negativa injustificada da sua vigência, em circunstâncias nas quais não é possível afastar o pressuposto de que o juiz conhece o direito (CPC/2015, art. 376).

Decidiu o Tribunal Regional que "não há falar em prescrição do direito do trabalhador à execução de sentença trabalhista transitada em julgado quando não deflagrada a fase de execução por impulso oficial (arts. 876 e 878 da CLT)". Está nessa afirmação o fundamento principal do acórdão recorrido: o da violação frontal aos dispositivos apontados, que determinavam o impulso *ex officio* da execução, diante da inação da parte exequente, após a tentativa frustrada de intimação dos seus procuradores.

Com relação ao erro de fato, que a recorrente afirma não ter existido, embora tomado em consideração pelo acórdão, não determinou a conclusão que ensejou o pedido rescisório. Em outras palavras, tivesse a exequente deixado de atender às intimações para promover a execução por inércia ou por encontrar-se sem representação nos autos naquele momento, o que teve relevo foi a violação da norma que impunha ao juiz o dever de impulsionar o processo, a fim de realizar o objeto do título.

No que se refere à suposta ausência de causalidade para a sua condenação ao pagamento de honorários, basta ver que a União, depois de citada, apresentou contestação e alegações finais. Resistiu, portanto, à pretensão da autora, sem, em nenhum desses momentos, alegar ilegitimidade para figurar no polo passivo. Atuou na defesa dos seus interesses, que, no caso, passavam pela manutenção da decisão rescindenda. Aí está a causa para que responda pelos ônus sucumbenciais. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. CONTESTAÇÃO APRESENTADA. PRETENSÃO RESISTIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. A verba sucumbencial deve ser arcada pela parte que deu causa à lide, nos termos do princípio da causalidade.

3. Em sede de ação rescisória julgada procedente, tendo a parte ré contestado, resistindo à pretensão, deve arcar com a verba honorária e as custas.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp n. 1.383.165/SC, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 16/3/2017, DJe 28/3/2017.)

Superior Tribunal de Justiça

Com o acórdão de fls. 155-158, o Tribunal *a quo* reduziu a condenação em honorários advocatícios de 10% para 5% do valor da causa, o que equivalia a pouco mais de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a análise dos fundamentos que serviram à fixação dos honorários advocatícios encontra óbice na Súmula n. 7/STJ.

É certo que, excepcionalmente, admite-se a alteração de honorários advocatícios em via de recurso especial quando o valor fixado revela-se de imediato, quer dizer, abstraídas as circunstâncias fáticas da demanda, exorbitante ou irrisório, de modo a indicar desrespeito ao dispositivo processual pertinente, que no caso é o art. 20 do CPC/73.

No presente caso, o valor arbitrado para os honorários advocatícios pela Corte de origem não pode ser considerado exorbitante a ponto de representar maltrato ao citado dispositivo processual.

A propósito, conferir:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PROFERIDA SOB A VIGÊNCIA DO CPC/1973. INAPLICABILIDADE DO REGIME JURÍDICO PREVISTO NO ART. 85 DO CPC/2015. PRECEDENTES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA N. 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

I - O Superior Tribunal de Justiça firmou jurisprudência no sentido de que a fixação dos honorários sucumbenciais deve obedecer a legislação processual civil vigente à época em que foi proferida a primeira decisão que estabeleceu a verba honorária, seja na sentença do juízo monocrático, seja no acórdão do Tribunal de origem, sendo indiferente a data do ajuizamento da ação e a data do julgamento dos recursos correspondentes.

II - A jurisprudência da Segunda Turma do STJ é no sentido de que o juízo relativo ao montante abusivo ou irrisório não pode ser extraído simplesmente mediante cotejo entre o valor da causa e o percentual arbitrado nas instâncias de origem.

III - Hipótese em que o Tribunal *a quo*, após análise dos elementos fáticos dos autos e fundado em juízo de equidade, fixou o valor da verba honorária considerando as peculiaridades da demanda. Nesse contexto, alterar os honorários advocatícios fixados pelo Tribunal de origem, consoante apreciação equitativa, afronta, inevitavelmente, o teor do enunciado n. 7 da Súmula do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

IV - A Segunda Turma do STJ, no julgamento do AgRg no AREsp n. 532.550/RJ, convencionou que a desproporção entre o valor da causa e o valor arbitrado a título de honorários advocatícios não denota, necessariamente, irrisoriedade ou exorbitância da verba honorária, que deve se pautar na análise da efetiva complexidade da causa e do trabalho desenvolvido pelo causídico no patrocínio dos interesses de seu cliente.

V - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 1.345.869/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão,

Superior Tribunal de Justiça

Segunda Turma, julgado em 28/3/2019, DJe 2/4/2019.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. CRITÉRIO DE EQUIDADE. ART. 20, §3º E §4º, DO CPC. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Ao recurso especial interposto antes de 18 de março de 2016, a ele é aplicável Enunciado Administrativo n. 2/STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça", razão pela qual a matéria aventada em sede de apelo especial - honorários sucumbenciais - deve ser apreciada, considerando o regramento processual vigente àquela data.

2. "Vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade" (REsp 1155125/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, 1ª Seção, DJe 06/04/2010).

3. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de não ser possível, por meio de recurso especial, a revisão do critério de justiça e razoabilidade utilizado pelas instâncias ordinárias para fixação da verba advocatícia, por depender tal providência da reapreciação dos elementos fático-probatórios do caso concreto, o que atrai a incidência da Súmula n. 7/STJ. Excetuadas as hipóteses em que o valor afigura-se manifestamente ínfimo ou exorbitante, o que não se verifica na espécie.

4. Agravo interno não provido (AgInt no REsp n. 1.607.237/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 1º/9/2016, DJe de 14/9/2016.)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE AÉREO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. (1) RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. (2) VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE CONFERIR CARÁTER INFRINGENTE AO RECURSO ACLARATÓRIO. (3) CONVENÇÕES INTERNACIONAIS. INAPLICABILIDADE. PREVALÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRECEDENTES. RESPONSABILIDADE DA RÉ CONFIGURADA. (4) DEVER DE INDENIZAR RECONHECIDO. (5) QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO COM RAZOABILIDADE. (6) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE ATENDEM AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO ART. 20, § 3º, DO CPC. REFORMA DO JULGADO. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DESTA CORTE.

1. As disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser

Superior Tribunal de Justiça

exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

6. Ressalvadas as hipóteses de valores irrisórios ou exorbitantes, investigar os motivos que firmaram a convicção do magistrado na fixação dos honorários bem como promover a sua modificação, quer para majorá-los quer para reduzi-los, demanda o reexame do substrato fático dos autos, o que é defeso ao STJ em face do teor da Súmula 7/STJ (AgRg no REsp 953.900/PR, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 27/4/10).

7. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp n. 607.388/RJ, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 16/6/2016, DJe de 23/6/2016.)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC. PEDIDO DE SUA MAJORAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Em princípio, descabe ao STJ revisar valores de sucumbência fixados nas instâncias ordinárias, pois eles são arbitrados em consideração àquilo que se desenvolveu no processo e mediante juízo de equidade, circunstâncias que não podem ser reavaliadas nesta Corte, nos termos da Súmula 7/STJ.

II. Consoante decidido pela Primeira Seção do STJ, tanto nos EAg 438.177/SC (Rel. p/ acórdão Ministro LUIZ FUX, DJU de 17/12/2004), quanto no REsp 1.137.738/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 01/02/2010), a revisão do critério adotado, pela Corte de origem, por equidade, para a fixação dos honorários de advogado, encontra óbice na Súmula 7/STJ. No mesmo sentido é o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário" (Súmula 389/STF).

III. Porém, "a jurisprudência desta Corte, entretanto, sensível a situações em que salta aos olhos a inobservância dos critérios legais para o arbitramento do valor justo, passou a admitir a revisão em sede especial quando se tratar de honorários notoriamente ínfimos ou exagerados, o que se faz considerado cada caso em particular. Assim, saber se os honorários são irrisórios ou exorbitantes requer, necessariamente, a apreciação das peculiaridades de cada caso concreto" (STJ, AgRg nos EAREsp 28.898/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, DJe de 06/02/2014).

IV. Na hipótese, os honorários de advogado, em favor dos ora agravantes, foram fixados, pelo Juízo de 1º Grau, em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). O Tribunal a quo, por sua vez, atento às circunstâncias a que se refere o § 4º do art. 20 do CPC, manteve o valor da verba honorária, considerando, principalmente, "que a solução da lide não envolveu grande complexidade e sopesados no caso em tela o zelo do patrono da executada, o valor original da execução fiscal (R\$ 8.736.341,97 - fls. 22) e a natureza da demanda, deve ser mantida a verba honorária fixada em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)". Dadas as peculiaridades da causa, delineadas no acórdão recorrido, não se mostra irrisória a quantia fixada, em juízo de equidade, a título de honorários advocatícios. Assim, deve ser mantida a decisão agravada, visto que, efetivamente, incide, na espécie, a Súmula 7 do STJ.

V. Agravo Regimental improvido (AgRg no REsp n. 1.520.772/SP, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 8/9/2015, DJe de 18/9/2015.)

Ante o exposto, com esteio no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial para, nessa parte, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator